

24 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça tenta agilizar destruição de armas

Armazenamento de revólveres e pistolas nos fóruns do Paraná preocupa servidores

Viviani Costa
Reportagem Local

Armas mantidas em fóruns do Paraná geram insegurança e são motivo de preocupação para servidores da Justiça no Estado. A precariedade no armazenamento, conforme o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná (Sindijus-PR), preocupa a categoria. Segundo o coordenador geral do sindicato, José Roberto Pereira, grande parte dos fóruns não possui estrutura específica para guardar os materiais. “Temos vários casos em que as armas foram roubadas. É difícil dizer onde há o armazenamento correto. No geral, elas ficam em uma sala, sem uma porta reforçada ou algo assim. Isso é em todo o Estado”, apontou.

Pistolas, revólveres e outros materiais são encaminhados para os fóruns e ficam nos locais durante o andamento dos processos. No entanto, mesmo após a conclusão do julgamento, a Justiça demora a encaminhar as armas para serem destruídas ou para devolvê-las nos casos em que o réu absolvido possui porte.

Em Londrina, 1.157 armas permanecem no fórum criminal. Os itens são referentes aos processos em andamento ou que já tramitaram

nas varas criminais, no 5º e no 6º Juizado Especial e na Vara da Infância e Juventude. A última remessa encaminhada para destruição foi enviada ao Batalhão do Exército, em Apucarana, no início do mês. As 400 armas que estavam sob a responsabilidade da 1ª e da 4ª Vara Criminal foram transportadas com escolta da Polícia Militar. “Junto com os policiais, vai um funcionário da vara responsável que acompanha essa destruição. Após esse procedimento, ele traz um recibo para documentar a ação”, explicou a juíza da 1ª Vara Criminal de Londrina, Elisabeth Khater.

Ela destaca ainda que um levantamento feito nas varas criminais nos últimos anos auxiliou os trabalhos de organização e encaminhamento das armas para destruição. “O número de armas era muito maior. Elas eram guardadas em três locais diferentes. Hoje estão em um cofre. Nós também pedimos ajuda à corregedoria do Tribunal de Justiça para que ninguém corra riscos. A gente nunca sabe o que pode acontecer”, alertou.

O levantamento feito pelos juízes de Londrina segue recomendações feitas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo próprio Tribunal de Justiça do Paraná. “Precisamos deixar a casa em ordem e resolver essas pendências. Temos um policial mili-

tar no Tribunal de Justiça que faz a gestão de todo esse trabalho”, ressaltou Elisabeth.

Em dezembro do ano passado, 90 armas foram roubadas de dentro do fórum de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Parte das armas foi recuperada posteriormente.

Porém, o caso mais emblemático ocorreu em 2012 na cidade de Colombo, também na RMC. Na ocasião, uma quadrilha roubou 291 armas e munições que estavam armazenadas no prédio do fórum.

“É um processo lento demais. Já fizemos vários pedidos para agilizar isso, mas parece que se tornou um vício na administração pública. Com a demanda tão grande no Judiciário, essa situação acaba ficando de lado e gera riscos para a população e para os próprios servidores, mas, infelizmente, o pessoal só se preocupa quando acontece o pior”, reforçou o coordenador geral do Sindijus-PR.

24 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF define que tráfico praticado por réu primário não é crime hediondo

*Julgamento
sobre o tema
começou em
junho de 2015*

Isadora Perón e
Gustavo Aguiar
Agência Estado

Brasília - Após a mudança de entendimento de três ministros, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu ontem que tráfico de drogas praticado por réu primário, sem antecedentes criminais, não é crime hediondo. Edson Fachin, que havia pedido vista para analisar o assunto, foi o primeiro a mudar seu voto. No julgamento anterior, realizado no início do mês, ele havia defendido que a prática era de máxima gravidade. Também voltaram atrás e mudaram de entendimento os ministros Teori Zavascki e Rosa Weber. Mantiveram o voto e ficaram vencidos os ministros Luiz Fux, Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello.

O julgamento sobre o tema começou em junho de 2015. A ação tratava de um caso com repercussão geral, ou seja, com validade para outras ações semelhantes, em que duas pessoas sem antecedentes foram presas em Mato Grosso do Sul transportando 55 embalagens com 772 quilos de maconha

A lei brasileira considera o tráfico de drogas um crime hediondo, ou seja, sem direito a pagamento de fiança e com progressão de pena mais lenta que o tempo estabelecido para os crimes comuns. A Lei de Drogas, no entanto, abrandou as normas para o que chama de tráfico privilegiado, definindo que réu primário, de bons

antecedentes e que não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa, tenha pena reduzida.

Além de serem inafiançáveis, os crimes hediondos devem ter penas cumpridas inicialmente em regime fechado, e a progressão de regime só pode acontecer após o cumprimento de dois quintos da pena, se o réu for primário, e de três quintos, se for reincidente.

Nas sessões anteriores que trataram do tema, a relatora do processo, ministra Cármen Lúcia, votou para não se aplicar aos casos do chamado tráfico privilegiado as consequências penais dos crimes hediondos. Fachin, no entanto, havia se manifestado contra esse entendimento e a Corte já havia formado maioria nesse sentido.

No início do mês, quando o julgamento voltou à pauta, uma intervenção do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, fez Fachin abrir mão do próprio voto divergente e pedir vista. Na ocasião, Lewandowski trouxe ao debate dados estatísticos sobre o aumento da população carcerária do País.

O presidente do STF voltou a destacar esse assunto ontem, durante o seu voto. Ele ressaltou que, hoje, a grande maioria das mulheres presas está nessa situação por conta de envolvimento em tráfico de drogas e que, muitas vezes, elas são usadas apenas como "mulas" no processo.

24 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Paulo Bernardo é preso em desdobramento da Lava Jato

**Operação Custo Brasil, da Polícia Federal,
apura formação de organização criminosa no
Ministério do Planejamento entre 2009 e 2015**

Das Agências

São Paulo - O ex-ministro Paulo Bernardo (Planejamento e Comunicações) nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foi preso na manhã de ontem, alvo central da Operação Custo Brasil, deflagrada ontem pela Polícia Federal. Provas colhidas pela força-tarefa da PF indicam que houve formação de organização criminosa no Ministério do Planejamento entre 2009 e 2015. "O Ministério do Planejamento, no coração do governo, incorreu de práticas de corrupção. A organização criminosa era encabeçada pelo então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo", afirmou o delegado regional da Polícia Federal em São Paulo, Rodrigo de Campos Costa. "Depois que Bernardo saiu do ministério, em 2011, ele continuou no esquema, mas passou a ganhar metade da propina que recebia anteriormente."

O alvo da operação no período da manhã foi um esquema que teria desviado mais de R\$ 100 milhões entre 2009 e 2015, por meio do contrato com a empresa de tecnologia Consist Software. Conforme Costa, Bernardo tinha direito a 9,6% do valor de 70% do contrato da Consist - que era destinado à corrupção. Pelo acerto, a empresa ficava com apenas 30% dos recebimentos.

A Consist gerenciava o sistema de concessão de empréstimos consignado a servidores públicos. O custo desse trabalho seria de R\$ 0,30, mas a empresa cobrava cerca de R\$ 1. "O esquema lesou milhares de funcionários públicos que utilizaram esse tipo de crédito", destacou o superintendente regional da Receita Federal, Fabio Ejchel. Este recurso extra, de cerca de R\$ 0,70 por operação, era destinado a empresas de fachada, que distribuíam a propina para políticos, entre os quais Bernardo. O esquema teria movimentado R\$ 100 milhões.

A Receita e a procuradoria da República participaram da operação conjunta. Segundo o procurador da República Andrey Borges, depois que Bernardo saiu do Ministério do Planejamento e assumiu o Ministério das Comunicações, seu porcentage no bolo da propina caiu para 4,5%, até chegar a 2%.

A PF não descreveu com exatidão quanto cada um dos agentes recebia pelo esquema. No início, em 2010, cerca de 10% era destinado a um escritório de advocacia ligado ao ex-ministro. Já o ex-vereador petista Alexandre Romano, que foi preso ano passado no âmbito da Lava Jato, recebia cerca de 20%, destinando parte destes recursos ao PT.

De acordo com Costa, da PF, não há indícios que a ex-ministra Miriam Belchior, que sucedeu Bernardo na pasta, esteja envolvida no esquema. Ainda assim, há funcionários do segundo e terceiro escalão do Ministério no esquema.

CONTINUA

24 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

CUSTO BRASIL

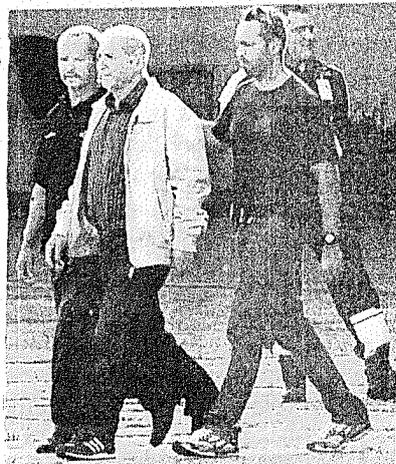
Segundo a PF, foram cumpridos 11 mandados de prisão preventiva, 40 mandados de busca e apreensão e 14 mandados de condução coercitiva em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, todos expedidos, a pedido da Federal, pela 6ª Vara Criminal Federal em São Paulo.

O inquérito policial foi instaurado em dezembro de 2015, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para que a documentação arrecadada na 18ª fase da Lava Jato, conhecida como Pixuleco II, fosse encaminhada para investigação em São Paulo.

Os investigados responderão, de acordo com suas ações, pelos crimes de tráfico de influência, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa, com penas de dois a 12 anos de prisão. Os presos e o material apreendido na ação serão encaminhados à sede da Polícia Federal em São Paulo.

CONTINUA

Investigação aponta que Bernardo tinha direito a 9,6% do valor de 70% do contrato com a empresa de tecnologia Consist, que era destinado à corrupção



MODA DE INVERNO



PT, Gleisi e advogados: prisão ilegal e midiática

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – O diretório nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), os advogados de Paulo Bernardo e a esposa do ex-ministro do Planejamento e das Comunicações, Gleisi Hoffmann (PT-PR), além da bancada do PT no Senado, divulgaram notas ontem condenando a prisão do petista. Para a sigla, o cumprimento dos mandados de busca e apreensão na sede nacional de São Paulo foi “desnecessário e midiático”. “Em meio à sucessão de fatos e denúncias envolvendo políticos e empresários acusados de corrupção, monta-se uma operação diversionista na tentativa renovada de criminalizar o PT”, diz trecho do documento.

Para os advogados de Bernardo, Verônica Sterman e Rodrigo Mudrovitsch, o Ministério do Planejamento se limitou a fazer um acordo de cooperação técnica com associações de entidades bancárias não havendo qualquer tipo de contrato público, tampouco dispêndios por parte do órgão público federal. “Ainda assim, dentro do Ministério do Planejamento, a responsabilidade pelo acordo de cooperação técnica era da Secretaria de Recursos Humanos e, por não envolver gastos, a questão sequer passou pelo aval do ministro. Não bastasse isso, o inquérito instaurado para apurar a questão há quase um ano não contou com qualquer diligência, mesmo tendo o ministro

se colocado à disposição.” A defesa também contou que não teve acesso à decisão, mas adiantou que a prisão “é ilegal, pois não preenche os requisitos autorizadores”. “Assim que conhecermos os fundamentos do decreto prisional tomaremos as medidas cabíveis.”

‘DESVIO DE FOCO’

A FOLHA entrou em contato com Gleisi, via assessoria de imprensa, mas ela não retornou à ligação até o fechamento da edição. Em sua conta no Facebook, a senadora disse que o dia foi triste. “Conheço o pai dos meus filhos. Sei das suas qualidades e do que não faria, por isso sei da injustiça que sofreu nesta manhã.” De acordo com a parlamentar, o ex-ministro tem endereço conhecido e, desde que o processo começou, se colocou inúmeras vezes à disposição da Justiça. “Vieram coercitivamente buscá-lo em casa, na presença de nossos filhos menores. Um desrespeito humano sem tamanho, desnecessário. Não havia nada em nossa casa que podia ser levado. Mesmo assim levaram o computador do meu filho adolescente. Quem nos conhece sabe que não fizemos fortuna, não temos conta no exterior, levamos uma vida confortável, porém modesta. O patrimônio que temos, parte financiado, foi comprado com nossos salários. Não me cabe outra explicação que não o desvio de foco da opinião pública

deste governo claramente envolvido em desvios, em ataques aos direitos conquistados pela população. Garantir o impeachment é tudo o que mais lhes interessa neste momento”, concluiu.

Já a bancada do PT no Senado considerou “estranho” que a prisão tenha ocorrido “no momento em que a Nação toma conhecimento de fatos gravíssimos de corrupção que atingem diretamente o governo provisório”. “A bancada não teme quaisquer investigações, desde que sejam efetuadas com isenção e com o devido respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e aos princípios constitucionais que regem o Estado Democrático de Direito.”

CONTINUA

Ex-ministro foi beneficiado no esquema AMA/Comurb

Loriane Comeli

Reportagem Local

Ex-funcionário do Banco do Brasil, o paulistano Paulo Bernardo, 64 anos, começou a carreira política em Londrina, ainda na década de 1980, quando era membro do Sindicato dos Bancários e filiado ao Partido dos Trabalhadores. Inscrito no PT desde 1985, foi deputado federal por dois mandatos consecutivos, entre 1991 e 1998.

Não se reelegeu no pleito de 1998, mas acabou investigado por ser suposto beneficiário do esquema AMA/Comurb, escândalo de corrupção durante o terceiro mandato do ex-prefeito Antonio Belinati (1997-2000), que consistia no desvio de dinheiro por meio de licitações fraudulentas para as campanhas de políticos do grupo, como Bernardo, o deputado federal Alex Canziani (PTB), o ex-deputado José Janene, morto em 2010, e o próprio filho de Belinati, Antonio Carlos, que disputava uma vaga na Assembleia Legislativa.

O Ministério Público (MP) de Londrina chegou ao nome do ex-ministro ao apreender planilhas escrituradas pelo empresário Cassimiro Zavierucha, o Carlos Júnior (também já falecido), que era operador financeiro de Belinati, contendo o nome de dezenas de políticos. Entre eles, Paulo Bernardo, que foi

processado por improbidade administrativa, mas seu nome, por decisão judicial, acabou excluído do polo passivo. Nesta mesma ação, André Vargas, que era o coordenador da campanha petista de 1998, foi condenado, em 2012, a devolver R\$ 10 mil recebidos indevidamente.

Depois da derrota em 1998, Paulo Bernardo foi para Mato Grosso do Sul e assumiu a Secretaria Estadual de Fazenda, no governo de Zeca do PT. Lá permaneceu entre janeiro de 1999 e dezembro de 2000. Voltou a Londrina quando o também bancário Nedson Micheleti (PT) elegeu-se prefeito de Londrina. Aqui, assumiu a Secretaria Municipal de Fazenda, em janeiro de 2001 e permaneceu até abril de 2002, quando desincompatibilizou-se para disputar uma vaga na Câmara Federal. Sua companheira, Gleisi Hoffmann (PT), também alvo da Lava Jato, ocupou uma pasta no governo de Nedson: foi secretária de Gestão Pública.

Bernardo saiu vitorioso do pleito de 2002 e assumiu a vaga de deputado federal em 2003. Dois anos depois se licenciou para assumir o Ministério do Planejamento, em março de 2005, cargo no qual ficou até o final do segundo governo Lula. Em janeiro de 2011, assumiu o Ministério das Comunicações, no governo Dilma.

24 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Formação Política

Depois de cerca de três meses, termina hoje a segunda edição do curso de Formação Política realizado pela OAB-Londrina, com presença do desembargador do TJ-PR Adalberto Jorge Xisto Pereira. A solenidade de encerramento está marcada para 19 horas, com entrega de certificado para os participantes. Foram ministrados módulos sobre Sistema Constitucional; Legislação Municipal; Direitos Fundamentais; Políticas Públicas; Legislação Federal e Estadual; Realidade de Londrina; Administração Pública Municipal; Legislativo Municipal; Finanças Públicas; Bens Públicos e Prestação de Serviços Públicos; Sistema Legal de Proteção do Interesse Público; Noções de Direito Eleitoral; Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores; e Transparência e Controle Social.

INFORME

Advogado em Londrina

O advogado Guilherme Gonçalves, um dos mais renomados do Paraná em Direito Eleitoral, foi um dos que teve a prisão decretada na 31ª fase da Lava Jato, que levou à prisão o ex-ministro Paulo Bernardo. A convite do PP local, partido do pré-candidato a prefeito Marcelo Belinati, Gonçalves esteve em Londrina há duas semanas para ministrar palestra sobre as novas regras para o pleito aprovadas na Reforma Eleitoral do ano passado.

Pedido de casamento

O advogado viria novamente à cidade no próximo dia 28, desta vez, a convite da OAB, para ministrar palestra no Simpósio de Direito Eleitoral - Desafios e Perspectivas das Eleições de 2016. Ele é investigado desde o ano passado pela Lava Jato, por envolvimento com Bernardo e sua esposa, a senadora Gleisi Hoffmann (PT). Gonçalves somente não foi preso ontem porque está em Portugal, onde pediria a noiva em casamento.

MILITÃO

●● Juízes do Rio Grande do Sul, em entrância final, recebem R\$ 22 mil por mês. E também benefícios de R\$ 4,3 mil como auxílio moradia. Todos eles recebem ainda a quantia de R\$ 10 mil mensais, de direitos atrasados.

24 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Educação contra a cultura do estupro

Cláudia Razente Cantero

O estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos, no Rio de Janeiro, abriu os olhos dos brasileiros para a necessidade de prevenir a chamada "cultura do estupro", que nada mais é do que considerar "natural" a apropriação do homem sobre o corpo da mulher, abrindo caminhos para a prática da violência sexual.

A prevenção e o combate desta prática dependem também da forma como educamos nossas crianças. Desde muito cedo, os garotos são incentivados a serem "pegadores", através de perguntas sobre "namoradinhas" ainda na primeira infância. As meninas, ao contrário, são incentivadas a serem "comportadas" e puras.

Desde a vida precoce da criança, a sociedade reforça que o homem pode se envolver com muitas parceiras e que é violento por natureza, enquanto as mulheres são ensinadas a serem submissas, cuidadas pelo homem, a não se envolver em farras ou usar determinados tipos de roupas. Quando a violência sexual ocorre, ao invés da responsabilização do homem pelo seu comportamento agressivo, é comum culpabilizar a mulher

por motivos como usar roupas curtas, horário de estar na rua ou dançar em uma boate.

Estas práticas culturais são reforçadas e fortalecidas há muito tempo, o que impõe na população feminina a insegurança e o medo de sofrer violência sexual.

O amplo acesso à tecnologia, através da internet e das redes sociais, está aumentando a conscientização sobre o problema. Nas redes, há maior informação e divulgação de crimes de estupro e abusos contra o gênero feminino, o que gera apoio às vítimas e as incentiva a denunciar o estuprador. O empoderamento da mulher em reconhecer o que são as formas de abuso contra ela é uma das mais importantes ferramentas na luta contra a cultura da violência sexual.

O combate à cultura do estupro depende principalmente da educação, que permite prevenir os abusos ao invés de apenas lidar com as consequências deles através de punições. Meninos devem ser educados a respeitar as vontades e os limites impostos pelas meninas. Saber ouvir e aceitar um "não" é o primeiro passo para a construção de uma relação mais saudável com o sexo oposto. Cabe aos pais e responsáveis ensiná-los sobre isso na infância e reforçar o conceito na adolescência, tornando-os capazes de compreender e respeitar limites.

As garotas, por sua vez, precisam compreender que o respeito não é construído em uma relação de coerção que anula os próprios desejos. A sociedade será mais igualitária na medida

em que os homens respeitarem as mulheres, ao mesmo tempo em que elas se tornem mais fortes e seguras. Os adolescentes vão crescer e ganhar o mundo de forma protegida se tiverem acesso a diálogos constantes e honestos sobre as formas de violência, o que não é fácil e exige uma certa coragem por parte dos pais. Estes devem educar seus filhos a fim de torná-los sujeitos que apresentem comportamentos de civilidade e

respeito, e desta forma, destaca-se a extrema importância que temas que há um tempo atrás eram considerados "tabus" (como violência e abuso sexual, bem como formas de prevenção), sejam trazidos para suas casas. Ambos os sexos devem ser educados para o fim da cultura da violência sexual. Fingir que este assunto não existe ou considerar que está longe de acontecer dentro da família não resolve o problema. Os pais e responsáveis devem acolher quando o jovem traz o tema para casa, promovendo um debate franco como forma de prevenir a violência.

CLÁUDIA RAZENTE CANTERO é psicóloga no Núcleo Evoluir em Londrina

“

*Ambos os sexos
devem ser educados
para o fim da
cultura da
violência sexual*

24 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Polêmicas sobre estupro afasta promotor

Fábio Grellet
Agência Estado

Rio - O promotor de justiça Alexandre Couto Joppert foi afastado temporariamente da banca examinadora de um concurso para o Ministério Público do Estado do Rio e será alvo de uma investigação da própria Promotoria. Examinador de Direito Penal, durante uma prova oral realizada na quarta-feira, ele narrou um caso hipotético de estupro coletivo e disse que o criminoso que praticou a conjunção carnal "ficou com a melhor parte, dependendo da vítima". A prova é aberta ao público e algumas pessoas gravaram a afirmação do promotor.

"Um (criminoso) segura, outro aponta a arma, outro garante a porta da casa, outro mantém a conjunção - ficou com a melhor parte, dependendo da vítima - mantém a conjunção carnal e o outro fica com o carro ligado pra assegurar a fuga", narrou o promotor. Divulgada em redes sociais, a afirmação causou revolta. Muitas pessoas acusam o promotor de difundir a cultura do estupro.

Em nota, o procurador-ge-

ral de Justiça do Estado do Rio, Marfan Martins Vieira, informou ter instaurado inquérito para apurar a conduta do promotor, além de afastá-lo da banca examinadora "até a conclusão da apuração dos fatos". Autor de livros jurídicos, Joppert atua na Assessoria de Atribuição Originária em Matéria Criminal do Ministério Público, setor subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Institucionais e Judiciais.

O promotor divulgou nota em que afirma ter sido mal interpretado, já que se referia ao ponto de vista do criminoso. "Ao me referir ao fato do executor do ato sexual coercitivo ter ficado com a melhor parte" estava tratando da "opinião hipotética do próprio praticante daquele odioso crime contra a dignidade sexual". Segundo ele, da mesma forma que para o corrupto a melhor parte do crime de corrupção é "o recebimento da propina"; para um estelionatário, a melhor parte de seu crime é a "obtenção da indevida vantagem", para o praticante de estupro "a satisfação coercitiva da lascívia é o desiderato odiosamente perseguido", afirma a nota.

*Profissional alega
ter sido mal
interpretado*

24 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça, garantia de saúde

ARNALDO HOSSEPIAN

Um Judiciário bem equipado é a melhor forma de garantir a saúde do demandante, além de ser forte contribuição para melhorar aplicação de verbas

A justiça faz bem à saúde. Esse ideal inspirou a criação do Fórum Nacional do Poder Judiciário, mantido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) desde 2010, para monitoramento e resolução das demandas de assistência do setor.

A atual formação do fórum, definida pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, em fevereiro deste ano, representa uma busca por integração, pois conta com representatividade plural de profissionais capacitados e experientes dos campos da saúde e do direito.

A presteza é, de fato, necessária, pois a judicialização da saúde tem criado desafios tanto para o SUS (Sistema Único de Saúde) quanto para planos privados.

Nesse contexto, o fórum do CNJ quer contribuir com a construção de critérios que orientem o exercício da atividade jurisdicional para evitar que a legítima intenção de concretizar o direito dos cidadãos à saúde acarrete a desestruturação do sistema, público ou privado.

Tais critérios devem, portanto, auxiliar juízes a identificar e acolher demandas legítimas e a rejeitar demandas abusivas. Dessa forma, pode-se melhor aproveitar o potencial do direito para proporcionar acesso efetivo do cidadão aos serviços de saúde de qualidade, ao mesmo tempo em que se estimula o sistema de saúde a corrigir omissões e atualizar políticas públicas.

Para cumprir esse objetivo, é necessário repensar a interpretação dominante entre os juristas sobre a diretriz constitucional da integralidade na saúde, de forma a cotejar o comando constitucional com as políticas públicas construídas pelo Poder Legislativo e, sobretudo, pelos gestores do SUS nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Vale lembrar que tais políticas públicas, inspiradas pelo paradigma científico da medicina baseada em evidências, estão orientadas à racionalização do uso dos recursos orçamentários e da oferta dos serviços de saúde.

O fórum, para alcançar os objetivos almejados, já conta com uma série de iniciativas institucionais. A primeira delas é realizar um diagnóstico do Judiciário, em cada região do país, no enfrentamento das demandas em matéria de saúde.

A segunda é valorizar a medicina baseada em evidências no exercício da atividade jurisdicional, notadamente pela criação e aprimoramento do funcionamento dos Núcleos de Apoio Técnico (NAT's).

Outra iniciativa é conhecer e disseminar as práticas de resolução extrajudicial dos conflitos, de forma, observadas as peculiaridades dos contextos locais, a estimular a adoção de inovações institucionais, pela via consensual entre o usuário e o poder público.

É igualmente fundamental difundir os enunciados produzidos nas Jornadas de Saúde do CNJ, pois representam um conjunto inicial de parâmetros para a racionalização da judicialização da saúde.

Por fim, a disponibilização ao magistrado, quando do exercício da jurisdição, de banco de dados com decisões, sempre atualizadas, em matéria de saúde.

Essas iniciativas já estão em prática e serão gradualmente aperfeiçoadas na atuação in loco.

O Fórum Saúde do CNJ iniciou no dia 3 de junho, em Brasília, a primeira de uma série de visitas aos tribunais brasileiros e aos comitês de saúde locais. Dessa maneira será possível conhecer os desafios e as boas práticas em todo Brasil.

Enfim, em matéria tão sensível como essa, e tendo em vista as carências que constroem a população brasileira, um Judiciário bem equipado para enfrentar essas demandas é, seguramente, a melhor forma de garantir a saúde e a vida do demandante, além de ser forte contribuição para a melhor aplicação do orçamento por parte do gestor público.

ARNALDO HOSSEPIAN é procurador de Justiça, conselheiro nacional de Justiça e supervisor do Fórum Nacional da Saúde do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

24 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Réu primário que trafica drogas não comete crime hediondo, decide STF

Decisão do Supremo vale quando acusado tem
bons antecedentes e não integra facção criminosa

**A tendência é que a
decisão seja replicada
nos demais tribunais;
julgamento foi marcado
por reviravolta de votos**

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

PAULO GOMES

DE SÃO PAULO

Em julgamento marcado por reviravolta, o Supremo Tribunal Federal decidiu nesta quinta (23) conferir tratamento diferenciado para o crime de tráfico de drogas quando o acusado é primário, tem bons antecedentes e não integra organização criminosa, o chamado tráfico privilegiado.

Por 8 votos a 3, os ministros decidiram que esse tipo de tráfico não deve ser considerado hediondo, portanto, integrar o rol de crimes mais graves e sem direito a benefícios de pena aos condenados.

Com isso, o traficante nessa situação poderá ter uma situação jurídica diferenciada, como, por exemplo, começar a cumprir a pena no regime semiaberto, no qual o preso pode sair durante o dia para trabalhar e voltar à noite para a cadeia, além de pena reduzida de um sexto a dois terços, como os demais condenados por crime comum.

Para o Supremo, as condições do crime (como a quantidade de drogas) e a situação do acusado (como bons antecedentes) influenciam na avaliação sobre o enquadramento de delito hediondo.

“É um absurdo tratar [os traficantes] com tamanha benevolência”, diz Christiano

Jorge Santos, chefe de departamento de direito penal e processual penal da PUC-SP.

“O que dá a entender é que o Supremo não entende que o tráfico seja um crime grave, ou que está decidindo no intuito de abrir vaga em presídios, o que me parece equivocado nos dois aspectos”, afirma Jorge Santos.

Ele ressalta que “a política do esvaziamento de cadeias não é papel do Judiciário”.

O professor lembra que o caso que serviu de base para a discussão dos ministros é do porte de 772 kg de maconha em uma caminhonete em Mato Grosso do Sul, o que indica que não se tratava de traficantes de pequeno porte, apesar de não haver antecedentes. “Não é um usuário de crack que está com duas pedrinhas para manter próprio vício.”

Para Renato Sérgio de Lima, vice-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e professor da Fundação Getúlio Vargas, o caso

utilizado para a decisão talvez não seja o mais adequado, mas sinaliza a intenção do Supremo de lidar com a superlotação do sistema prisional brasileiro. “Hoje boa parte dos detentos é preso em função do tráfico”, diz.

Para Lima, existem criminosos que realmente precisam ser presos, como homicidas, chefes de facção e integrantes do crime organizado. “Enquanto isso, cerca de 40% dos presos estão em situação provisória, não passaram por julgamento. A prisão não é a melhor saída para o microtraficante, réu primário. É alimentar o crime organizado com recursos humanos.”

O tema começou a ser discutido em 2015 pelo tribunal, e a indicação era de que a maioria do Supremo votaria para considerar que o crime de tráfico de drogas deve ser considerado hediondo em todas as situações.

Após pedidos de vista, o caso foi retomado nesta quinta, quando os ministros Edson Fachin, Teori Zavascki e Rosa Weber mudaram seus votos e o entendimento adotado pelo tribunal. Os três ministros seguiram a corrente puxada pela ministra Cármen Lúcia de que um réu primário e com bons antecedentes não pode receber pena grave.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A decisão do STF não obriga as demais instâncias a decidir dessa maneira, mas, como se trata da mais alta corte, a tendência é que seja replicada nos demais tribunais.

24 JUN 2016

“ É um absurdo tratar [os traficantes] com tamanha benevolência

CHRISTIANO JORGE SANTOS
professor da PUC-SP

“ A prisão não é a melhor saída para o microtraficante

RENATO SÉRGIO DE LIMA
do Fórum Brasileiro de Segurança

ENTORPECENTES

Presos por envolvimento com drogas e usuários no Brasil

PREÇOS

Segundo dados do Ministério da Saúde de 2014

Homens



25%
estão presos
por crimes ligados
ao tráfico de drogas

Mulheres

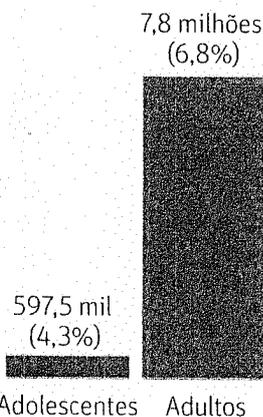


63%
estão presas
por crimes ligados
ao tráfico de drogas

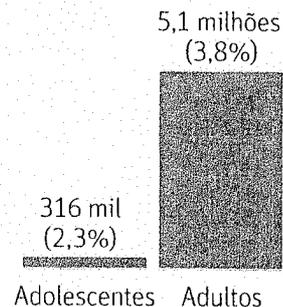
USUÁRIOS*

Segundo Levantamento Nacional de Álcool e Drogas de 2012

Maconha



Cocaína



*Indivíduos que utilizaram substâncias ilícitas alguma vez na vida

4,6
pessoas
morrem
por dia em
SP por
consumo
de cocaína

24 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Promotor do RJ diz que elo carnal é 'melhor parte' de estupro

Declaração foi dada durante uma prova oral em processo de seleção do Ministério Público; promotor afirma ter sido mal interpretado

ITALO NOGUEIRA
LUIZA FRANCO
DO RIO

Um promotor do Ministério Público do Rio provocou reações ao exemplificar um caso de estupro durante prova de um candidato em processo de seleção da instituição. Ao descrever uma situação hipotética de estupro coletivo, ele se referiu ao responsável por forçar o ato sexual como aquele que “fica com a melhor parte, dependendo da vítima”.

Ao apresentar o caso de estupro coletivo que seria avaliado pelo candidato, o promotor Alexandre Joppert disse: “Estupro praticado por cinco homens contra uma mulher. Mediante violência física e grave ameaça também. Um segura, o outro aponta a arma, o outro garante a porta da casa, o outro mantém a conjunção... fica com a melhor parte, dependendo da vítima, mantém a conjunção carnal, e o outro fica com o carro ligado para assegurar a fuga (...)”.

“Depois que ele falou aquilo, não consegui mais prestar atenção na prova. Fiquei pensando que ela tinha que ser interrompida. Como uma instituição dessa importância permite isso?”, disse à **Folha** uma candidata que pediu para não ser identificada.

Joppert está no Ministério Público desde 1999. Atualmente, é assessor criminal do procurador-geral de Justiça, Marfan Martins Vieira.

Em nota, o Ministério Público afirmou que instaurou procedimento interno para apurar a conduta. O procurador-geral de Justiça afirmou

que pediu esclarecimentos a Joppert. Disse também que, a pedido do promotor, ele foi afastado cautelarmente da banca examinadora até a conclusão da apuração.

Joppert divulgou na qual diz que a frase foi dita como se partisse do estuprador, e não dele. “Com efeito, ao me referir ao fato do executor do ato sexual coercitivo ter ficado ‘com a melhor parte’, estava obviamente me referindo à opinião hipotética do próprio praticante daquele odioso crime contra a dignidade sexual”, afirmou.

O promotor Marcelo Lessa, que participou da banca, defendeu o colega. “A dimensão que o caso tomou não corresponde ao que aconteceu. Há excesso de sensibilidade. Foi uma questão teórica tratada de forma prática. Ele é sério.”

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

As molas da Lava Jato

SÃO PAULO. E sempre um prazer trocar ideias (e às vezes algumas farpas) com Alberto Zacharias Toron. O advogado criminalista contestou, em artigo publicado ontem, uma coluna em que eu criticava a possibilidade de o STF reverter uma decisão de fevereiro que considerou constitucional a prisão de condenados a partir da segunda instância.

Para Toron, não foi a nova interpretação do STF que definiu o sucesso da Lava Jato, mas uma combinação de boa investigação com prisões cautelares abusivas, que o penalista, para dar mais colorido a seu arrazoado, compara a práticas da Inquisição.

Esclareço que nunca afirmei que o sucesso da Lava Jato se devia à decisão do STF. O que eu disse, e reiterei, é que ela deu enorme impulso às delações premiadas, que são a chave para entender por que as investigações chegaram tão longe. Penso que existem evidências teóricas e empíricas disso, que passo a expor.

Meu argumento começa pela matemática. Desde que as delações premiadas foram introduzidas no sistema, o jogo mudou. A estratégia mais vantajosa (equilíbrio de Nash) para um envolvido nos desvios, considerando que outros investigados passaram a falar, é buscar ele também um acordo com os procuradores.

Essa é a posição racional, mas, como ensina a psicologia, embora a razão seja boa conselheira, não é a melhor das motivadoras. Esse é um trabalho para as emoções. É aí que a decisão do STF foi importante. Ao fazer com que a perspectiva de cumprimento de pena viesse de um futuro longínquo, medido em décadas, para um mais próximo, na escala do par de anos, o Supremo deu um impulso extra. Se 2026 é quase uma abstração, 2018 está logo aí na esquina.

Concordo com Toron que prisões preventivas podem produzir o mesmo efeito, mas o áudio que mostra Sérgio Machado xingando ministros do STF por ter mudado a jurisprudência é uma loquaz evidência de que a medida afetou sua conduta.

24 JUN 2016

24 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Crise requer 'remédio amargo', diz Zavascki

País está enfermo e passa por graves dificuldades de natureza econômica, política e ética, diz ministro do STF

Juiz fez discurso em cerimônia com Temer e afirmou que volta do crescimento econômico requer 'empenho'

No dia em que a sede nacional do PT sofreu operação de busca e apreensão da Polícia Federal, o ministro Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, fez um discurso duro sobre a necessidade de prevalência dos padrões éticos que a sociedade brasileira espera.

Em evento nesta quinta-feira (23) no Palácio do Planalto, ele disse que é preciso ter coragem para administrar "remédios amargos", uma vez que "o país está enfermo". Segundo o ministro do Supremo, é preciso "acertar as contas com o passado", mas tendo também um "olhar para o futuro".

"Estamos passando no Brasil momentos de grandes dificuldades. O país está enfermo, às voltas com graves crises de natureza econômica, política e ética. Sem dúvida, é preciso que as enfermidades sejam tratadas como estão sendo e tenhamos a coragem de administrar os remédios amargos para quando for necessário", disse.

Na presença do presidente interino Michel Temer, o ministro ressaltou ainda que é preciso empenho para formar os alicerces do reencontro com a "prosperidade econômica" e "com os padrões éticos" que, segundo ele, "a nação exige".

"Nesse aspecto, o segundo pacto republicano é um paradigma de alento e esperança. E seu sucesso nos mostra que a convergência de esforços entre os poderes do Estado é o caminho virtuoso para a construção do país que queremos", afirmou.

O ministro participou nesta quinta-feira de cerimônia de sanção do projeto de lei que regulamenta o processo e o julgamento do chamado mandado de injunção, dispositivo legal que permite ao cidadão reclamar efetividade de direitos constitucionais.

A proposta delimita a validade de uma decisão judicial tomada com base em um mandado de injunção até a publicação de uma regulamentação sobre o tema e permite que ela se estenda também para grupos ou categorias, como no caso, por exemplo, de concessão de aposentadoria especial.

Em seu discurso na cerimônia, o presidente interino leu um trecho de um livro de sua autoria que falava sobre mandado de injunção e elogiou a proposta que sancionou.

"Vamos saudar, portanto, esse remédio doce que o STF acabou de produzir", disse.
(GUSTAVO URIBE E AGUIRRE TALENTO)

Aprisão de Paulo Bernardo

Com a exceção, talvez, da prisão de José Dirceu, nunca as investigações que nasceram do petrolão tenham chegado tão perto da cúpula do poder petista quanto nesta quinta-feira, em que a Operação Custo Brasil — desdobramento da 18.ª fase da Operação Lava Jato — levou à prisão preventiva de Paulo Bernardo, ex-ministro tanto de Lula quanto de Dilma Rousseff. Além disso, a Polícia Federal realizou buscas nos imóveis de Bernardo e da esposa, a senadora Gleisi Hoffmann, e também esteve na sede nacional do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, apreendendo documentos na tesouraria da legenda.

O centro das investigações da Custo Brasil não é a pilhagem da Petrobras, e sim um suposto esquema montado no Ministério do Planejamento, pasta que Bernardo comandou desde 2005 até o fim do governo Lula, assumindo o Ministério das Comunicações com a posse de Dilma. Segundo a Polícia Federal, o esquema funcionaria por meio da empresa de informática Consist,

contratada pelo ministério para fazer a gestão do crédito consignado adquirido por funcionários públicos federais em bancos privados. Entre 2009 e 2015, o desvio teria sido de R\$ 100 milhões, dos quais escandalosos 70% acabaram nas mãos de agentes públicos ou funcionários da pasta, por meio de contratos fictícios ou simulados. Segundo a força-tarefa, um escritório de advocacia ligado ao ex-ministro teria recebido pelo menos R\$ 7 milhões oriundos do esquema, dos quais R\$ 5,6 milhões teriam ido para as mãos de Bernardo.

A relevância da Operação Custo Brasil não está exatamente nos valores envolvidos, que empalidecem na comparação com outras

roubalheiras — os R\$ 100 milhões da Consist são menos do que um único ex-gerente da Petrobras, Pedro Barusco, devolveu aos cofres públicos após ser preso na Lava Jato. Mas as informações levantadas pela força-tarefa reforçam aquilo para que outras investigações já apontavam: a construção de um esquema amplo de poder, em que não apenas uma ou outra estatal, mas toda a estrutura do governo foi colocada, de uma ou outra forma, a serviço do projeto petista, ainda que outros partidos tenham se beneficiado dele, seja como coprotagonistas, seja como coadjuvantes — até mesmo porque a cooptação de outras legendas era necessária para a manutenção de uma base de apoio no parlamento.

Além disso, a possibilidade de envolvimento de um ex-ministro que ocupava um posto-chave no governo Lula, no Ministério do Planejamento, aproxima as investigações do coração do poder. Como dissemos, Bernardo não é o primeiro ex-ministro petista preso em decorrência das investigações iniciadas com a Lava Jato. Mas José Dirceu já estava fora do governo quando a fonte do mensalão secou e o PT resolveu buscar outros meios de abastecer seus cofres. Ele representa, podemos dizer, a dimensão “partidária” do esquema. Já a investigação no âmbito daqueles que operavam de dentro do governo havia pego, no máximo, diretores e gerentes de estatais; quando surgem denúncias, acusações e indícios que envolvem até mesmo alguém que agia na qualidade de ministro de Estado, a situação muda de patamar.

CONTINUA

24 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Por fim, a ação desta quinta-feira mostra que não só em Curitiba se trabalha diligentemente para colocar fim à rede de desvios instalada nas estruturas do poder federal. Os mandados vieram da 6.^a Vara Criminal Federal de São Paulo, e as investigações ficaram a cargo do Ministério Público Federal e da PF naquele estado. A investigação relativa à Consist é consequência do fatiamento da Lava Jato promovido no Supremo Tribunal Federal — um caso que, em setembro de 2015, foi tirado do juiz federal Sergio Moro, em uma decisão que o governo Dilma comemorou e que levantou dúvidas, inclusive por parte de ministros do STF e membros da força-tarefa da Lava Jato, sobre o futuro da operação. Saber que o trabalho exemplar realizado no Paraná encontra ecos pelo país é um conforto — a não ser, claro, para quem contava com a impunidade.

24 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Crédito consignado bancou propina ao ex-ministro Paulo Bernardo, diz a PF

Petista é acusado de se beneficiar de esquema que cobrava dinheiro a mais de empréstimos a servidores do Ministério do Planejamento

Da Redação, com agências

● O ex-ministro Paulo Bernardo, marido da senadora paranaense Gleisi Hoffmann (PT), foi preso ontem, em Brasília, num desdobramento da 18.ª fase da Operação Lava Jato conduzido pela Justiça Federal de São Paulo. Ele estava no apartamento funcional de Gleisi, juntamente com a mulher, quando foi detido. A operação, batizada de Custo Brasil, é uma ação conjunta da Polícia Federal (PF), do Ministério Público Federal (MPF) e da Receita Federal do Brasil e investiga o suposto pagamento de propinas em contratos de empréstimo consignado do Ministério do Planejamento (veja infográfico ao lado). Cerca de R\$ 100 milhões teriam sido desviados, entre 2009 e 2015, para o Partido dos Trabalhadores e operadores do esquema.

De acordo com a força-tarefa de São Paulo, um escritório de advocacia de Curitiba ligado a Paulo Bernardo recebeu entre 2009 e 2015 pelo menos R\$ 7 milhões do esquema. Segundo o procurador do MPF Andrey Borges, 20% do valor ficava com o advogado responsável pelo escritório e 80% seria destinado ao pagamento de despesas do ex-ministro — o que daria cerca de R\$ 5,6 milhões. “Esse valor é uma estimativa”, disse Borges.

Segundo o procurador, o dinheiro era usado para pagamento de honorários, funcionários, garagem e outras despesas de Bernardo. Os investigadores afirmam ainda que o petista recebeu valores do esquema mesmo depois de deixar o Ministério do Planejamento — pasta que ocupou entre os anos de 2005 e 2011. Dos R\$ 100 milhões que teriam sido desviados, uma parte, em valores ainda não apu-

rados, foi parar na conta do PT, segundo a investigação. A propina seria gerida pelo extesoureiro João Vaccari Neto, que cumpre prisão provisória na Lava Jato em Curitiba.

Busca e apreensão

A Operação Custo Brasil cumpriu mandados de busca e apreensão em imóveis ligados ao ex-ministro. De acordo com a PF, foram sete mandados de busca e apreensão em Curitiba, inclusive na casa da senadora, e dois em Londrina. A sede nacional do PT, em São Paulo, também foi alvo de busca e apreensão.

No total, os agentes cumpriram 11 mandados de prisão preventiva, 40 de busca e apreensão e 14 de condução judicial em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal. Todos os mandados foram expedidos, a pedido da PF, pela 6.ª Vara Criminal Federal em São Paulo. Além de Bernardo, outro ex-ministro — Carlos Gabas (Previdência e Aviação Civil) — também foi alvo da operação.

Os presos e o material apreendidos foram encaminhados à sede da PF em São Paulo. Segundo o MPF, os investigados responderão pelos crimes de tráfico de influência, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. As penas variam de dois a 12 anos de prisão.

CONTINUA

24 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Senado vê violação de foro e se queixa ao STF

BRASÍLIA

Agência O Globo

● A defesa do Senado entrou com reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da busca e apreensão feita ontem no apartamento onde moram a senadora Gleisi Hoffman (PT) e o marido, o ex-ministro Paulo Ber-

nardo.

Os advogados querem que todas as provas colhidas na residência sejam invalidadas perante a Justiça, porque o juiz Paulo Bueno de Azevedo, de São Paulo, não poderia ter determinado as diligências. Segundo a ação, essa atribuição seria exclusiva do STF porque a senadora tem direito a foro

especial — mesmo que o alvo da operação tenha sido o marido, e não a parlamentar. O imóvel funcional onde eles moram é de propriedade do Senado.

A ação leva a assinatura do advogado-geral do Senado, Alberto Cascais. Segundo ele, quando soube que a busca e apreensão seria realizada na casa de uma senadora, o juiz deveria ter remetido o caso para o STF.

O pedido foi sorteado para a relatoria do ministro Celso de Mello, que não tem prazo para decidir.

TRAJETÓRIA POLÍTICA

De bancário e sindicalista a poderoso ministro do governo Lula

● Paulo Bernardo tem uma longa história dentro do PT. Sua estreia na vida política se deu por meio da diretoria do Sindicato dos Bancários do Paraná, na década de 1980. Com base no Norte do Paraná, especialmente Londrina, foi eleito deputado federal pelo Paraná pela primeira vez em 1995. De lá para cá, acumulou mais dois mandatos na Câmara e cargos em governos municipal, estadual e federal — inclusive dois ministérios, entre 2005 e 2014. Foi ministro do Planejamento do governo Lula após acumular anos de experiência na Comissão

Mista de Orçamento do Congresso como deputado federal. Na Esplanada, construiu um forte vínculo com o ex-presidente Lula. Ficou no cargo até 2011, quando trocou o Planejamento pelo Ministério das Comunicações — já na gestão Dilma Rousseff. Em 2006, desistiu da reeleição à Câmara e passou a incentivar a carreira política da esposa Gleisi. Desde o fim do primeiro mandato de Dilma, o ex-ministro estava fora dos holofotes.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

Paulo Bernardo sabia do pagamento de propina, diz procurador

24 JUN 2016

Kelli Kadanus

ENTREVISTA

ANDREY B. DEMENDONÇA, procurador.

O ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, preso ontem, sabia que a Consist seria contratada mediante pagamento de propina, segundo um dos investigadores do caso. Em entrevista exclusiva ao blog *Delações não Premiadas*, da **Gazeta do Povo**, o procurador do Ministério Público Federal Andrey Borges de Mendonça falou sobre as investigações e o envolvimento do ex-ministro. “Paulo Bernardo não só estava a par desse acordo de cooperação técnica, ele também pôs pessoas em cargos estratégicos e ele tinha consciência de que a Consist seria a empresa escolhida mediante pagamento de propina”, disse.

As investigações que deram origem à Operação Custo Brasil apontam cerca de R\$ 100 milhões desviados no

esquema da Consist. Quem recebeu esse dinheiro?

São vários parceiros. Os próprios envolvidos se mencionavam uns aos outros como parceiros. Esses parceiros são pessoas que supostamente prestavam serviços para a Consist, mas era na verdade uma forma de receber os valores e repassar aos agentes públicos e políticos envolvidos. Há vários parceiros e esses parceiros vão se alterando ao longo do tempo. O próprio Partido dos Trabalhadores é um dos destinatários desse valor, o próprio ministro Paulo Bernardo, há diversos agentes públicos que são destinatários desse valor, de primeiro e de segundo escalão no Ministério do Planejamento. Há um grande número de parceiros, é difícil individualizar todos. Há um grande número de parceiros que atuavam na distribuição de valores e havia agentes públicos que recebiam esse valor na ponta.

Há indícios de que Paulo Bernardo teria beneficiado a Consist na obtenção do contrato?

Ele era o ministro do Planejamento na época. Houve um acordo de cooperação técnica

entre o Ministério do Planejamento e as entidades financeiras. Esse acordo permitiu que a Consist fosse contratada. O ministro Paulo Bernardo não só estava a par desse acordo de cooperação técnica, ele também pôs pessoas em cargos estratégicos e ele tinha consciência de que a Consist seria a empresa escolhida mediante pagamento de propina. Essas são as evidências que nós temos até o momento, de que depois ele efetivamente se beneficiou de valores desse esquema, seja mediante pagamento de contas, seja pagamento de despesas pessoais, multas eleitorais, honorários advocatícios, entre outros.

Segundo informações repassadas na coletiva de imprensa, o escritório do advogado Guilherme Gonçalves teria recebido R\$ 7 milhões entre 2009 e 2015. Como esse dinheiro foi dividido?

Segundo as evidências que nós temos, era 20% para o Guilherme Gonçalves, que ele cobrava para operacionalizar esses pagamentos e o restante seria passado para o senhor Paulo Bernardo.

Vizinhos aplaudem ação da PF no apartamento de Gleisi

● Vizinhos do prédio em que senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) mora em Curitiba comemoraram a ação da Polícia Federal (PF), que cumpriu na manhã de ontem mandado de busca e apreensão no apartamento da petista. Os dez agentes da PF e da Receita Federal que participaram da operação na residência de Gleisi, que fica em um edifício no bairro Água Verde, foram recebidos e deixaram o local sob aplausos de moradores da vizinhança. Os policiais e agentes da Receita ficaram por cerca de duas horas no apartamento. Entraram por volta das 6 horas e saíram pouco depois das 8 horas. Na saída, carregavam pastas com documentos e pen-drives. Gleisi estava em Brasília e não acompanhou a operação em seu imóvel.

24 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



24 JUN 2016

GAZETA DO POVO

BESSA

Nossa (in)eficiência crônica

Agendada para 26 e 27 de agosto na sede da OAB-PR, a 17ª edição do Congresso Paranaense de Direito Administrativo terá na pauta uma série de questionamentos sobre a ineficiência crônica das gestões públicas no Brasil. Tanto que no programa do evento os organizadores deixam isso bem claro: são 24 temas que tratam da "(in)eficiência" governamental – grafado assim mesmo, com o prefixo "in" entre parênteses para chamar a atenção. Corrupção, saúde financeira do estado, leis ineficazes, licitações, fiscalização e ética serão alguns dos assuntos abordados. O quadro final propõe: Como extirpar o prefixo "in" em favor do cidadão brasileiro. Com organização do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, o evento contará com 49 professores participantes, representando estados do sul, sudeste e nordeste.

24 JUN 2016

GAZETA DO POVO

● LUTO

Jornalista Isabel Pimentel morre aos 59 anos, em Curitiba

| Da Redação

● Faleceu nesta quinta-feira (23), em Curitiba, a jornalista Isabel Lunardelli Pimentel, filha do ex-governador do Paraná Paulo Pimentel. Ela passou mal no início da tarde e foi hospitalizada rapidamente pelos familiares, mas veio a falecer no início da noite.

Isabel tinha 59 anos e deixa três filhos: Eduardo, Cláudia e Daniel Pimentel Slaviero. Este último é presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

O velório será realizado nesta sexta-feira (24) na capela 2 do Cemitério Parque Iguazu, na capital. O sepultamento está marcado para ocorrer no mesmo campo

santo, às 16h.

No último domingo (19), Isabel participou da festa de abertura da Casa Cor Paraná ao lado dos pais Yvone e Paulo Pimentel.

“Era uma grande irmã e vai fazer muita falta para todos nós”, lamentou a irmã Vera Pimentel.

“Estamos todos muito tristes com a notícia”, disse o ex-governador, ainda sob o choque da perda.

Anderson Tozato / O Estado/Tribuna



Isabel Pimentel deixa 3 filhos.

REINALDO BESSA

Luto na sociedade

Morreu ontem, em Curitiba, a jornalista Isabel Lunardelli Pimentel, filha do ex-governador Paulo Pimentel. Ela passou mal por volta da hora do almoço e foi hospitalizada, vindo a falecer à noite. Isabel tinha 59 anos e deixa três filhos, entre eles Daniel Pimentel Slaviero, presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). O velório e o enterro serão realizados no Cemitério Parque Iguazu em horários a ser definidos. No último domingo, Isabel participou da festa de abertura da Casa Cor ao lado dos pais, Yvone e Paulo Pimentel.

24 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Nota de Falecimento

É com pesar que o pai Paulo Pimentel,
a mãe Yvone Pimentel, as irmãs Altair Pimentel,
Vera Pimentel e Yvone Mussi comunicam o
falecimento, em Curitiba, de

Isabel Pimentel

O velório será no Cemitério Parque Iguaçu,
na data de hoje, e o sepultamento será no mesmo
campo santo, às 16h.

Nota de Falecimento

É com pesar que os filhos Daniel, Cláudia e Eduardo,
e netos, comunicam o falecimento, em Curitiba,
da sua inestimável mãe

Isabel Pimentel

O velório será no Cemitério Parque Iguaçu,
na data de hoje, e o sepultamento será no mesmo
campo santo, às 16h.

24 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

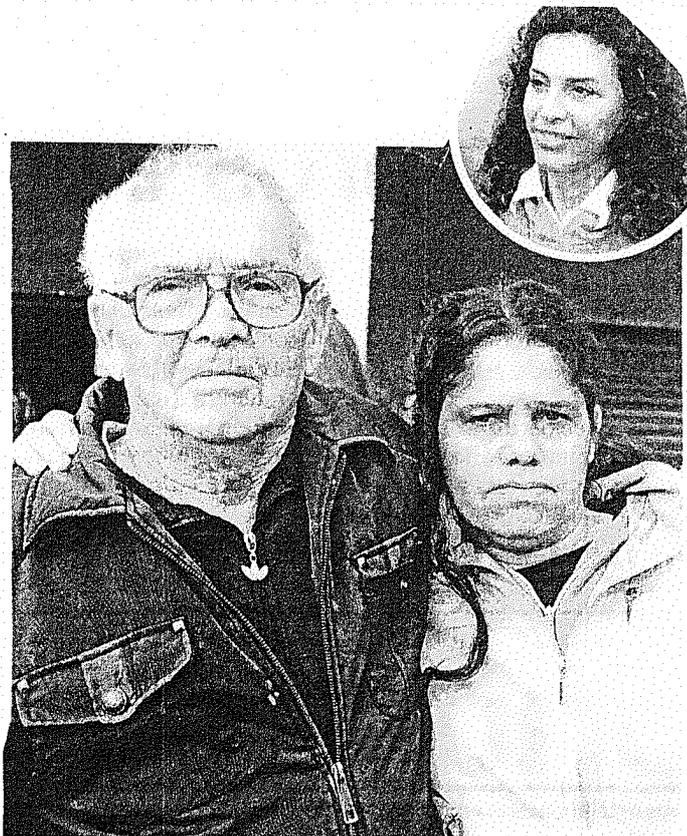
Saiu casório na Rua da Cidadania!

Pela primeira vez na programação conjunta da RPC, Tribuna e 98, o Justiça no Bairro realizou ontem na Rua da Cidadania do Bairro Novo um sucesso. Direcionado à população economicamente vulnerável, com resolução imediata de questões consensuais, filas enormes se formaram e o atendimento fez com que muita gente saísse de lá com suas necessidades atendidas. Entre os atendimentos mais procurados, estavam a separação consensual de casais e o casamento. Quando soube que poderia ser o momento certo para casar, João Antunes Domingues, de 78 anos, correu para casa e buscou Jandira de Oliveira, de 40. “Estamos juntos há três anos e ele me enrolava”, brincou a mulher, que conheceu o noivo quando veio de Apucarana, no Norte do Paraná.

“Nós dois esperávamos muito por este momento, mas por não

termos condições de oficializar, continuávamos a protelar. Mas hoje foi a hora certa”, contou João. A documentação fornecida pelo projeto dá o encaminhamento direto ao cartório e isenta custos. Para não precisar pagar, no caso dos casamentos, os interessados devem ter renda máxima de dois salários mínimos cada um.

O destaque dessa edição do projeto foi o exame de DNA. Este é o único atendimento pago no projeto, ao custo de R\$ 200, bem inferior ao praticado em clínicas. “Essas pessoas que chegaram, as duas partes envolvidas, com os documentos necessários para fazer divórcio e reconhecimento de paternidade, por exemplo, saíram com a documentação pronta, só para ir ao cartório”, citou a desembargadora Joeci Machado Camargo, idealizadora e coordenadora do Justiça no Bairro. (LS)

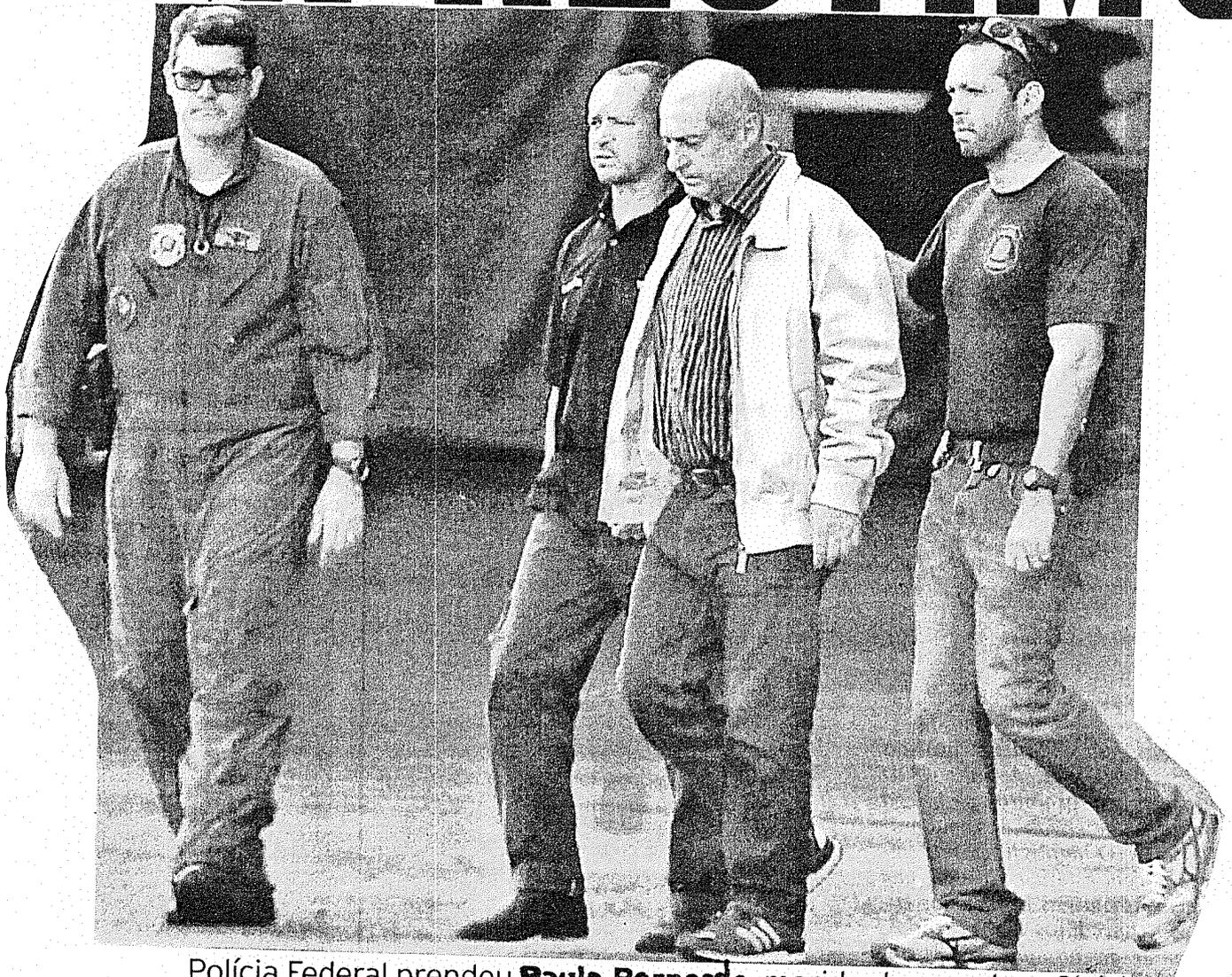


João oficializou união com Jandira no projeto idealizado por Joeci.

TRIBUNA DO PARANÁ 24 JUN 2016

PROPINA ARRECADADA DIRETO DO BOLSO DO CIDADÃO

ESQUEMA NO EMPRÉSTIMO



Polícia Federal prendeu **Paulo Bernardo**, marido da senadora Gleisi Hoffmann e ex-ministro de Lula e Dilma. Com outros caciques do PT, ele é acusado de desvios que chegam a R\$ 100 milhões em programas de crédito consignado dos servidores públicos.

24 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

BENEFÍCIO INDEVIDO

Cem milhões de reais foram desviados de empréstimos consignados de servidores

A prisão do ex-ministro Paulo Bernardo, ontem, revelou um esquema de corrupção que mexe diretamente nos bolsos de milhões de cidadãos brasileiros, funcionários públicos que tomaram empréstimos consignados nos últimos anos. Segundo a investigação da Polícia Federal, cada prestação paga vinha rendendo R\$ 0,70 em propina aos beneficiários da roubaheira.

Bernardo, que foi ministro do Planejamento e Comunicações nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, foi o principal alvo da Operação Custo Brasil, deflagrada ontem pela Polícia Federal, como desdobramento da Lava Jato. De 2010 a 2015 o esquema teria gerado R\$ 100 milhões em propinas, referentes a contrato da empresa Consist Software. De acordo com as investigações, o Ministério do Planejamento direcionou uma licitação durante a gestão de Bernardo para contratar a empresa Consist Software, que ficaria responsável por gerenciar o sistema de concessão de empréstimos consignados a servidores públicos.

ESQUEMA

Para cada mensalidade paga pelo tomador do empréstimo, a Consist, cobrava R\$ 1, dos quais apenas R\$ 0,30 cor-

respondiam de fato ao custo de seus serviços. O restante (R\$ 0,70) era propina distribuída a pessoas do primeiro ao terceiro escalão do Ministério do Planejamento, ao PT e operadores do esquema. "É um exemplo de como a corrupção e a sonegação prejudicam o cidadão e aumentam o custo das operações. A corrupção é irmã gêmea da sonegação, elas andam juntas", disse Fábio Ejchel, da Receita Federal e integrante da equipe de investigações em São Paulo.

Segundo o procurador da República Andrey Borges de Mendonça, há também indícios de que o ex-ministro da Previdência Carlos Gabas recebeu valores no início e no término do esquema, que teria vigorado até agosto de 2015. "R\$ 100 milhões de reais foram desviados de funcionários públicos que se privaram de suas necessidades básicas para abastecer os cofres de políticos. A gente não pode admitir que isso seja natural", afirmou.

Delação

A prisão do ex-ministro aconteceu após o operador das propinas arrecadadas com a Consist, o ex-vereador do PT Alexandre Romano, o Chambinho, confessar em delação premiada que havia propinas para o PT, para Bernardo, para o ex-ministro Carlos Gabas (Previdência e Aviação Civil), entre outros. A defesa do ex-ministro considerou a prisão ilegal. O advogado do ex-ministro Paulo Bernardo, Rodrigo Mudrovitsch, disse que ainda não teve acesso aos documentos que embasaram a prisão, mas adiantou que não vê motivos para a medida. "Ele se colocou à disposição das autoridades para prestar os esclarecimentos", afirmou.

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA?

• O servidor tomava empréstimos consignados junto à Consist Software

• No desconto das mensalidades, de R\$ 1 pago, R\$ 0,70 virava propina

• O dinheiro desviado ia para o ex-ministro, ao PT e operadores do esquema

• Esquema arrecadou **R\$ 100 milhões** entre 2009 e 2015

• O ex-tesoureiro João Vaccari Neto fazia a partilha do valor

• Paulo Bernardo teria **R\$ 7 milhões**

CONTINUA

24 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Levou R\$ 7 milhões

De acordo com o procurador federal Andrey Borges, do Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP), Paulo Bernardo recebeu pelo menos R\$ 7 milhões, dinheiro desviado de empréstimos consignados tomados por servidores públicos. “Ele recebeu, segundo os elementos que constam nos autos, entre 2010 e 2015, valores de um escritório (de advocacia) com o qual ele tinha essas relações, valores de mais de R\$ 7 milhões”, disse Borges, que não revelou o nome do escritório.

SEM DETALHES

O escritório de advocacia ficou com 20% do valor e repassou cerca de R\$ 5,6 milhões ao ex-ministro por meio

de compra de bens, como lofts e garagens, e ações defendidas na Justiça Eleitoral.

Conforme Borges, depois que Bernardo saiu do Ministério do Planejamento e assumiu o das Comunicações, seu porcentual no bolo da propina caiu para 4,5%, até chegar a 2%.

A Polícia Federal e o Ministério Público também não deram detalhes sobre como o dinheiro chegou ao ex-ministro. Os investigadores não divulgaram, por exemplo, os nomes das empresas de fachada usadas no esquema, dados dos funcionários que teriam sido contratados e nem detalhes sobre o pagamento dos aluguéis dos imóveis utilizados no esquema.

LULA COM MORO

O juiz federal Sérgio Moro recebeu anteontem os materiais referentes aos inquéritos que investigam um sítio em Atibaia e a um apartamento triplex no Guarujá, ambos em São Paulo. Os imóveis têm a propriedade questionada na Justiça. Investigadores buscam indícios de que o sítio e o apartamento pertencem ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sérgio Moro deverá pedir para que o Ministério Público Federal se manifeste a respeito do recebimento do material. Em seguida, se quiser, poderá suspender o sigilo sobre todas as investigações contra Lula.

24 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

LUTO

Morre filha do ex-governador Paulo Pimentel



A família Pimentel está de luto. Faleceu ontem a jornalista Isabel Pimentel, filha do ex-governador Paulo Pimentel e de dona Yvone Pimentel. Isabel atuou nas redações da TV Iguaçu e dos jornais Tribuna do Paraná e O Estado do Paraná, onde tinha uma coluna sobre moda e comportamento. Ela se formou em Jornalismo junto com a filha Cláudia.

Isabel Pimentel tinha 59 anos e deixa três filhos, Daniel, o mais velho, que é presidente da Abert pela quarta vez, Cláudia, que também é jornalista e Eduardo, que é assessor especial do governador Beto Richa. O corpo está sendo velado no Cemitério Parque Iguaçu e o sepultamento será hoje, às 16h, no mesmo local.

24 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

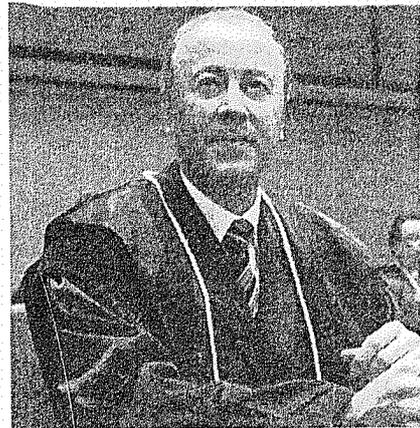
OS MAGISTRADOS



Desembargador Dartagnan Serpa Sá

Dois nomes vão aparecer como os mais cotados para a Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná a ser eleita no dezembro próximo: o desembargador Dartagnan Serpa Sá, ex-oficial da PMEP, e que, quando militar, fez parte da Casa Militar de José Richa; e Fernando Wolff Bodziak.

Os dois são cinquenta e têm eleitorado bem definido, segundo fontes do TJ.



Desembargador Fernando Wolff Bodziak

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Celso de Mello ataca sistema prisional

É contraditório manter preso alguém que, se condenado, sofrerá a execução da pena em regime aberto — caso a sentença não substitua a pena de prisão por penas meramente restritivas de direitos. Esse foi um dos argumentos utilizados pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, ao conceder liberdade provisória, sem a necessidade do pagamento de fiança, a um homem preso em flagrante por furto simples.

Na ação, a Defensoria Pública de São Paulo alegou que a manutenção da prisão do acusado acontece apenas pelo fato de o acusado ser pobre, uma vez que ele não tem condições de pagar a fiança. A Defensoria narra que a fiança foi estipulada inicialmente em R\$ 1,5 mil. Porém, o juiz decidiu elevar esse valor para 20 salários mínimos (R\$ 17,6 mil), alegando que este valor servirá “como garantia real para assegurar que o investigado, em liberdade, não venha a praticar atos criminosos no transcorrer do processo”.

No Tribunal de Justiça de São Paulo o Habeas Corpus foi negado. Conforme decisão da 14ª Câmara de Direito Criminal, a gravidade do furto somada ao fato de o homem já ter instaurado contra si outros dois processos, justificam a necessidade da fiança. “Tais circunstâncias dotam a hipótese de particularidade que, de fato, impõe cautela maior do que a liberdade provisória sem fiança ou a substituição da prisão por medida cautelar diversa”, diz o acórdão do TJ-SP.

24 JUN 2016

24 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Senado pede ao STF anulação de busca em apartamento

O Senado Federal recorreu ontem (23) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para anular os mandados de busca e apreensão cumpridos no apartamento funcional da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), durante Operação Custo Brasil.

O questionamento foi motivado pela prisão do ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, marido da senadora. Pela manhã, Bernardo

foi preso no apartamento funcional da parlamentar, em Brasília.

Na petição, a advocacia do Senado sustentou que o juízo da 6ª Vara Federal de São Paulo, responsável pela operação, não poderia ter determinado o cumprimento dos mandados na residência funcional da senadora, por se tratar de uma extensão das dependências do Senado, cuja atribuição seria da Corte Suprema.

Em liberdade

O ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, que está preso desde janeiro de 2015 pela Lava Jato, colocou tornozeleira eletrônica nesta quinta-feira (23), na sede da Justiça Federal, em Curitiba. Ele firmou um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal (MPF) e deve deixar a carceragem da Polícia Federal (PF) hoje (24).

BEMPARANÁ Bloqueio

A Justiça determinou o bloqueio de bens do prefeito de Nova Santa Rosa (região Oeste), Rodrigo Fernandes. O pedido foi feito pelo Ministério Público que o acusa de improbidade administrativa contrato da prefeitura com uma empresa que realizou pavimentação em estradas rurais do município. Segundo o MP, a prefeitura fez pagamento antecipado à empresa, por serviços não realizados.

Defesa

Fernandes divulgou nota afirmando que a obra citada foi concluída e entregue. E que não houve prejuízo aos cofres públicos, porque não foi pago nada além do valor contratado, nem houve desvio de recursos, muito menos enriquecimento ilícito.